

Barreiras Transmissora de Energia S.A.

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de dezembro de 2025



Barreiras Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ...	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	8

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	10
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	11
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	14
7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	14
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	15
9. FORNECEDORES.....	16
10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	17
11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	19
12. DIVIDENDOS DECLARADOS.....	19
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
14. PESSOAL E ADMINISTRADORES.....	22
15. RESULTADO FINANCEIRO.....	22
16. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	22
17. PARTES RELACIONADAS.....	23
18. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO.....	24
19. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	28
20. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO.....	29
21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	29
22. SEGUROS.....	29
23. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	30



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas da
Barreiras Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Barreiras Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

A Barreiras Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Alexandre de Souza Silva', with a stylized, scribbled appearance.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.692	17.752
Investimentos temporários	6	25.456	16.740
Concessionárias e permissionárias	7	18.496	16.937
Tributos compensáveis		5.904	4.122
Serviços em curso		1.408	1.103
Despesas pagas antecipadamente		-	39
Outros ativos circulantes		319	689
Total do ativo circulante		66.275	57.382
Não circulante			
Investimentos temporários	6	13.331	11.972
Tributos compensáveis		-	10
Imobilizado	8	431.068	443.483
Intangível	8	10.598	10.662
Total do ativo não circulante		454.997	466.127
Total do ativo		521.272	523.509
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	5.491	6.287
Empréstimos e debêntures	10	25.106	25.885
Dividendos declarados	12	2.498	2.278
Tributos a recolher		5.879	4.116
Encargos setoriais		1.904	1.530
Outros passivos circulantes		5.107	5.689
Total do passivo circulante		45.985	45.785
Não circulante			
Empréstimos e debêntures		336.548	357.115
Total do passivo não circulante		336.548	357.115
Total do passivo		382.533	402.900
Patrimônio líquido			
Capital social	13	101.662	92.459
Reserva de incentivos fiscais	13	46.801	33.451
Reserva legal	13	20.332	18.275
Reserva de lucros a realizar	13	294.908	71.813
Dividendos adicionais propostos	13	-	44.371
Reserva de investimentos e expansão	13	81.329	66.339
Proventos excedentes da contabilidade societária	13	(406.293)	(206.099)
Total do patrimônio líquido		138.739	120.609
Total do passivo e patrimônio líquido		521.272	523.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

Operações em continuidade	Notas	2025	2024
Receita / Ingresso			
Transmissão de energia		128.500	110.108
Outras receitas		129	-
		<u>128.629</u>	<u>110.108</u>
Tributos			
PIS-PASEP		(2.119)	(2.009)
Cofins		(9.529)	(9.250)
		<u>(11.648)</u>	<u>(11.259)</u>
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.188)	(1.068)
Taxa de fiscalização		(442)	(386)
		<u>(1.630)</u>	<u>(1.454)</u>
Receita líquida / Ingresso líquido		<u>115.351</u>	<u>97.395</u>
Custos Gerenciáveis			
Pessoal e administradores	14	(2.872)	(2.762)
Material		(94)	(60)
Serviços de terceiros		(2.891)	(2.578)
Arrendamentos e aluguéis		(94)	(43)
Depreciação e amortização		(15.103)	(14.903)
Outros		(250)	(323)
		<u>(21.304)</u>	<u>(20.669)</u>
Resultado da atividade		<u>94.047</u>	<u>76.726</u>
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		6.511	6.174
Despesas financeiras		(30.744)	(33.654)
		<u>(24.233)</u>	<u>(27.480)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>69.814</u>	<u>49.246</u>
Despesas com impostos sobre o lucro	16		
Imposto de renda e contribuição Social		(18.166)	(11.055)
Incentivos fiscais		13.351	8.123
		<u>(4.815)</u>	<u>(2.932)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>64.999</u>	<u>46.314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	64.999	46.314
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>64.999</u>	<u>46.314</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros							Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de investimento e expansão	Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Proventos Excedentes da Contabilidade Societária		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		92.459	25.328	15.119	73.491	51.349	27.406	(181.173)	-	103.979
Dividendos adicionais de 2023 distribuídos		-	-	-	-	-	(27.406)	-	-	(27.406)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	46.314	46.314
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	13.2	-	8.123	-	-	-	-	-	(8.123)	-
Constituição de reserva legal	13.2	-	-	3.156	-	-	-	-	(3.156)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	-	-	(600)	(600)
Constituição de dividendos adicionais propostos	12	-	-	-	-	-	44.371	-	(44.371)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	13.2	-	-	-	(1.678)	-	-	-	-	(1.678)
Constituição de reserva para investimento e expansão	13.2	-	-	-	-	14.990	-	-	(14.990)	-
(Prejuízos) excedentes da contabilidade societária	13.2	-	-	-	-	-	-	(24.926)	24.926	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		92.459	33.451	18.275	71.813	66.339	44.371	(206.099)	-	120.609
Aumento de capital social		9.203	-	-	-	(9.203)	-	-	-	-
Dividendos adicionais de 2024 distribuídos		-	-	-	-	-	(44.371)	-	-	(44.371)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	64.999	64.999
Destinação do lucro:										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	13.2	-	13.350	-	-	-	-	-	(13.350)	-
Constituição de reserva legal	13.2	-	-	2.057	-	-	-	-	(2.057)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	-	-	-	(2.498)	(2.498)
Constituição de reserva de lucros a realizar	13.2	-	-	-	223.095	-	-	-	(223.095)	-
Constituição de reserva para investimento e expansão	13.2	-	-	-	-	24.193	-	-	(24.193)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária	13.2	-	-	-	-	-	-	(200.194)	200.194	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		101.662	46.801	20.332	294.908	81.329	-	(406.293)	-	138.739

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
 Demonstração dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		64.999	46.314
Ajuste para:			
Amortização do imobilizado e intangível		15.103	14.924
Baixa de ativo imobilizado		-	184
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas		26.485	27.810
Rendimentos de aplicações financeiras		(4.843)	(4.559)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)		4.815	2.932
		<u>106.559</u>	<u>87.605</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(1.559)	(2.920)
Tributos compensáveis		(1.772)	446
Serviços em curso		(305)	(820)
Impostos e contribuições a recuperar		-	(10)
Despesas pagas antecipadamente		39	(36)
Outros ativos circulantes		370	-
Outros ativos não circulantes		-	(355)
Aumento / (Diminuição) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(796)	(1.348)
Tributos a recolher		(114)	(40)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		(195)	-
Encargos setoriais		374	241
Outros passivos		(587)	2.960
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>102.014</u>	<u>85.723</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.743)	(2.630)
Pagamentos de juros de debêntures, empréstimos e financiamentos	15	(24.297)	(24.544)
Rendimentos de aplicações financeiras		1.876	4.559
		<u>(25.164)</u>	<u>(22.615)</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>76.850</u>	<u>63.108</u>
Atividades de investimentos			
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	8	(2.618)	(6.387)
Aplicações financeiras		(7.108)	19.165
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos		<u>(9.726)</u>	<u>12.778</u>
Atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		(23.534)	(21.308)
Dividendos pagos	12	(46.650)	(36.958)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(70.184)</u>	<u>(58.266)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.060)</u>	<u>17.620</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes a caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		17.752	132
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		14.692	17.752
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.060)</u>	<u>17.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Barreiras Transmissora de Energia S.A. ("Barreiras Transmissora", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 1 SPE S.A, teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no 26.845.650/0001-21 em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na cidade Rio de Janeiro, na Rua do Catete 359, 4º andar – Catete - RJ, CEP 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), 2ª Etapa-Republicação, consistente na Linha de Transmissão (LT) Rio das Éguas – Barreiras II, em 500 kV^(*), segundo circuito, circuito simples, com extensão aproximada de 251^(*) km, com origem na subestação Barreiras II e término na subestação Rio das Éguas.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção IPCA
			2025-2026	2024-2025	
007/2017	30 anos	10/02/2047	119.866	113.812	

(*) Não auditado.

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,05% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A Resolução Autorizativa nº 14.106/2023 autorizou a Barreiras Transmissora de Energia S.A. implantar os reforços constantes do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2021 nas Subestações Barreiras II e Rio das Éguas. Dessa forma, foram incluídas como reforços as instalações de fase reserva nos bancos de reatores de linha nos terminais da LT 500 kV Rio das Éguas - Barreiras II, C2, caracterizando uma RAP adicional (RBNIA) de R\$ 1.220 para a Companhia, cujo valor atualizado pela REH 3.348/2024 para o ciclo 2024-2025 é de R\$ 1.318.013.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) 3.481/2025 estabeleceu para a Companhia, para o ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025, RAP de R\$ 119.866.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão objeto deste contrato, nos termos da regulamentação específica, auferindo as correspondentes receitas a serem estabelecidas pela ANEEL. As receitas decorrentes dos reforços e melhorias, inclusive aquelas relacionadas a novos padrões de desempenho técnico determinados pela ANEEL, serão revisadas, periodicamente na mesma data da RAP.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da REH 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,38% a RAP.

1.1. Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 007/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelece regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1548/2019, com validade até 27 de dezembro de 2025, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade. O processo de renovação está em andamento, sendo que a solicitação realizada dentro do prazo regulamentar garante a continuidade das operações da Companhia até a emissão da nova licença.

1.2. Reforma tributária sobre o consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3. Alteração do controle societário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPQ).

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME" ou "Poder Concedente"), que possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL" ou "Órgão Regulador").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Órgão Regulador (Aneel) determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias da Outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 18 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma entidade e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 27 de abril de 2026.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026 e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1. Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2. Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de formação do intangível.

4.4. Receita líquida/Ingresso líquido

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	445	32
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	8.241	17.720
Operações compromissadas	6.006	-
Total	14.692	17.752

- (a) Os CDB - Certificados de Depósitos Bancários, apresentam baixo risco de crédito e de mercado. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem desconto e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 98,06% a.a. do CDI (102,96% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Investimentos temporários

	2025	2024
Circulante		
Fundo de Investimento (a)		
Cotas de fundos de investimento	25.456	16.740
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	13.331	11.972
Total	38.787	28.712

- (a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.
- (b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia apresentou rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 98,40% a.a. do CDI (92,42% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
A vencer (até 60 dias)	11.596	11.732
Saldos vencidos		
90 dias	379	989
de 91 a 180 dias	791	625
de 181 a 360 dias	616	1.185
acima de 361 dias (a)	5.114	2.406
Total (b)	<u>18.496</u>	<u>16.937</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste unicamente na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu recebimento, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco. Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8. Imobilizado e Intangível

8.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Máquinas e Equipamentos	456.798	-	-	456.798	(63.693)	393.105	406.950
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	33.131	-	-	33.131	(4.442)	28.689	29.840
Veículos	264	-	-	264	(119)	145	183
Terrenos	159	-	-	159	-	159	159
Subtotal	490.352	-	-	490.352	(68.254)	422.098	437.132

Imobilizado em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão							
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.770	-	-	1.770	-	1.770	1.770
Máquinas e Equipamentos	4.532	2.618	-	7.150	-	7.150	4.531
Adiantamentos a Fornecedores	50	-	-	50	-	50	50
Subtotal	6.352	2.618	-	8.970	-	8.970	6.350
Total do imobilizado	496.704	2.618	-	499.322	(68.254)	431.068	443.483

Ativo imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2025			31/12/2024	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Transmissão	3,33%	490.352	(68.254)	422.098		437.132
Custo Histórico		490.352	(68.254)	422.098		437.132
Em curso						
Transmissão		8.970	-	8.970		6.351
Custo Histórico		8.970	-	8.970		6.351
		499.322	(68.254)	431.068		443.483

Não houve adições e exclusões no imobilizado em serviço em 2025.

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros Gastos	Total
Máquinas e equipamentos	2.007	611	-	2.618
Total das adições	2.007	611	-	2.618

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento Geral	6,31%
Estrutura Geral	3,22%
Condutor de Sistema	2,70%

8.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível em serviço Transmissão	Valor Bruto em 2024	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Servidões	10.222	10.222	-	10.222	10.222
Softwares	250	250	(232)	18	65
Outros	491	491	(144)	347	364
Subtotal	10.963	10.963	(376)	10.587	10.651

Intangível em curso Administração	Valor bruto em 2024	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Outros	11	11	-	11	11
Subtotal	11	11	-	11	11
Total do imobilizado	10.974	10.974	(376)	10.598	10.662

9. Fornecedores

Os saldos de fornecedores estão constituídos conforme a seguir demonstrado:

	2025	2024
Materiais e serviços	5.458	6.270
Encargos de uso da rede elétrica	33	17
Total	5.491	6.287

O saldo de fornecedores R\$ 5.491 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.287 em 31 de dezembro de 2024), não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 37 dias (38 dias em 31 de dezembro de 2025).

Em 31 de dezembro de 2025 não existe posição em abeto de fornecedores – risco sacado (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2024).

10. Empréstimos, financiamentos e debêntures

10.1 Abertura dos empréstimos, financiamentos e debêntures

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
	BNB	1.044	16.675	283.768	301.487	Sim	01/11/2018	Aval/Fiança	IPCA	0,0209	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	15/07/2038	Mensal
1ª Emissão de Debêntures	1.400	6.340	55.574	63.314	Sim	01/02/2019	Fidejussória	IPCA	0,0485	15/01/2026	Semestral	15/01/2026	17/01/2033	Semestral	Outro, especif. no cronograma
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	-	(118)	(1.372)	(1.490)	Sim	01/02/2019	N.A.	N.A.	-	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/07/2038	N.A.	N.A.
Custo de Captação Debêntures	-	(235)	(1.422)	(1.657)	Sim	01/11/2018	N.A.	N.A.	-	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/01/2033	N.A.	N.A.
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	2.444	22.662	336.548	361.654											

10.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

Instituição / Linha credora	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	Total
BNB	18.117	19.122	20.189	21.317	22.504	182.519	283.768
1ª Emissão de Debêntures	7.394	8.460	8.403	8.294	9.336	13.687	55.574
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	(118)	(118)	(118)	(118)	(118)	(780)	(1.372)
Custo de Captação - Debêntures	(235)	(236)	(235)	(235)	(235)	(246)	(1.422)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	25.158	27.228	28.239	29.257	31.487	195.179	336.548

10.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal+ Curto Prazo	Principal+ Juros Longo Prazo	Saldo 2025	Saldo 2024
Ativos Financeiros	40.148	13.331	53.479	46.464
Caixa e aplicações financeiras	445	-	445	32
Aplicação financeira CDB	8.241	-	8.241	17.720
Operações compromissadas	6.006	-	6.006	-
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	14.692	-	14.692	17.752
Aplicação financeira - cotas de investimentos (circulante)	25.456	-	25.456	16.740
Aplicação financeira - Recursos vinculados (não circulante)	-	13.331	13.331	11.972
Investimentos temporários - subtotal	25.456	13.331	38.787	28.712

10.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros Longo Prazo	Saldo 2025	Saldo 2024
(+) Dívida Bruta	2.444	22.663	336.548	361.655	383.000
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.044	16.558	282.396	299.998	316.468
Debêntures Moeda Nacional	1.400	6.105	54.152	61.657	66.532
(-) Ativos Financeiros	-	(40.148)	(13.331)	(53.479)	(46.464)
Alta Liquidez	-	(40.148)	(13.331)	(53.479)	(46.464)
(+) Dívida Líquida	2.444	(17.485)	323.217	308.176	336.536

10.5 Covenants e garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

- Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants não financeiros*, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

- Debêntures

As debêntures possuem cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação às demonstrações financeiras societárias relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2025; e
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação às demonstrações financeiras societárias relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Covenants debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Companhia: $\leq 4,5$
 Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora: $\leq 5,0$

1ª debêntures
 2,89
 4,19

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida e EBITDA, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações têm por objetivo dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2025, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 536 (R\$ 530 em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Cível	536	530
Total	536	530

12. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados com base no lucro societário conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício (societário)	265.193	71.240
(-) Reserva de incentivo fiscal	(13.350)	(8.123)
(-) Reserva legal	(2.057)	(3.156)
Lucro líquido ajustado	249.786	59.961
Dividendos mínimos:		
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	2.498	600
Dividendos adicionais:		
Dividendos das reservas de lucros a realizar	-	1.678
Dividendos adicionais propostos	-	44.371
Total dividendos	2.498	46.649

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.552
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	27.406
Dividendos mínimos obrigatórios	600
Dividendos da reserva de lucro a realizar	1.678
Pagamento de dividendos no exercício	(36.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.278
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	44.371
Dividendos mínimos obrigatórios	2.498
Pagamento de dividendos no exercício	(46.649)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.498

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a parcela do lucro destinada para a constituição da Reserva de Incentivos Fiscais poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte da Companhia. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 101.662 (R\$ 92.459 em 31 de dezembro de 2024) representado por 101.661.674 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

Em 27 de maio de 2025, conforme deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, foi aprovada a integralização de capital oriundos da Reserva para Investimento e Expansão da Companhia no valor de R\$ 9.203.

13.2. Reserva de lucros

	Not a	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	(a)	46.801	33.451
Reserva legal	(b)	20.332	18.275
Reserva de lucros a realizar	(c)	294.908	71.813
Reserva para investimento e expansão	(d)	81.329	66.339
Reserva de dividendos adicionais propostos		-	44.371
Proventos excedentes da contabilidade societária	(e)	(406.293)	(206.099)
Total		<u>37.077</u>	<u>28.150</u>

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 46.801 (R\$ 33.451 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$ 13.350 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2025 (R\$ 8.123 em 31 de dezembro de 2024).

b. Reserva legal

Como trata o art. 163 da lei 6.404/74, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na reserva legal, que não poderá exceder o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. O valor destinado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 20.332 (R\$ 18.275 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 294.908 (R\$ 71.813 em 31 de dezembro de 2024).

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido societário do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua controladora. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros era de R\$ 81.329 (R\$ 66.339 em 31 de dezembro de 2024).

e. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (*Prática Contábeis Geralmente Aceitas*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

14. Pessoal e administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal	2025	2024
Remuneração	(1.673)	(1.615)
Encargos	(362)	(261)
Participação nos lucros - PLR	(387)	(426)
Previdência privada - corrente	(27)	(12)
Outros benefícios - corrente	(258)	(112)
	<u>(2.707)</u>	<u>(2.426)</u>
Administradores	2025	2024
Remuneração	(165)	(336)
Total	<u>(2.872)</u>	<u>(2.762)</u>

15. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	6.719	6.024
Variação monetária e cambial da dívida	-	144
PIS/COFINS sobre receita financeira	(318)	(294)
Outras receitas financeiras	110	300
Total de receitas financeiras	<u>6.511</u>	<u>6.174</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(22.711)	(24.560)
Variação monetária da dívida	(2.723)	(3.394)
Despesa com Aval	(2.521)	(3.948)
Outras despesas financeiras	(2.789)	(1.752)
Total de despesas financeiras	<u>(30.744)</u>	<u>(33.654)</u>
Resultado financeiro	<u>(24.233)</u>	<u>(27.480)</u>

16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	69.814	49.246
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(23.736)	(16.744)
Incentivos fiscais (a)	13.351	8.123
Ativo contratual - CPC 47	5.570	5.689
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(4.815)</u>	<u>(2.932)</u>

17. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente, referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP) (*)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	104	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	146	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	57	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	64	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	208	-
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)		-	-	17	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	236	-
		-	-	832	-
Outras contas a receber*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	18	34
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	22	35
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	5	11
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	6	13
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	6	15
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	17	21
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)		-	-	2	4
Buritirama Transmissora De Energia S.A		-	-	115	296
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	150	419
Jaíba Transmissora De Energia S.A.		-	-	15	28
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	6	13
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.		-	-	6	12
Belém Transmissora de Energia S.A.		-	-	6	6
Tapajós Transmissor de Energia S.A.		-	-	18	28
		-	-	392	935
Outras contas a pagar*					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(50)	(210)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(24)	(106)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(15)	(40)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(10)	(34)
Companhia Elétrica do Amapá (CEA)		-	-	(4)	(11)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	(17)	(37)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	(46)	(68)
Buritirama Transmissora De Energia S.A		-	-	(139)	(410)
Vale Do Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	(55)	(117)
Jaíba Transmissora De Energia S.A.		-	-	(324)	(1.380)
Alto Sertão Transmissora De Energia S.A.		-	-	(22)	(28)
Presidente Juscelino Transmissora De Energia S.A.		-	-	(4)	(7)
Belém Transmissora de Energia S.A.		-	-	-	-
Tapajós Transmissor de Energia S.A.		-	-	(34)	(59)
Controladora direta *					
Equatorial Transmissão S.A.		-	(2.521)	(1.124)	(3.948)
Total		-	(2.521)	(1.868)	(6.455)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(a)	(2.498)	-	(2.278)	-
Total		(2.498)	-	(2.278)	-

(*) Os saldos de outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar foram liquidados no exercício de 2025 em virtude da troca de controle acionário da Companhia, fazendo com que as entidades em questão não sejam mais partes relacionadas.

(a) Refere-se os dividendos para distribuição em 31 de dezembro de 2024, conforme explicado na nota explicativa nº 13 – Dividendos a pagar.

17.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com quatro membros na Diretoria Executiva, remunerados diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 165 (R\$ 335 em 31 dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

17.2 Garantias e fianças

A Equatorial Transmissão S.A. (1), controladora direta, presta garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (*) nos contratos de financiamentos e debêntures abaixo listados:

Moeda Nacional (R\$)	Garantias
Banco do Nordeste	Fiança Bancária + Conta Reserva

(*) Referente à remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. Houve distrato do contrato de remuneração de aval em 26/05/2025.

18. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Balço patrimonial

Ativo	Nota s	2025			2024		
		Regulatóri o	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		14.692	-	14.692	17.752	-	17.752
Investimentos temporários		25.456	-	25.456	16.740	-	16.740
Concessionárias e permissionárias		18.496	-	18.496	16.937	-	16.937
Tributos compensáveis		5.904	-	5.904	4.122	-	4.122
Serviços em curso		1.408	-	1.408	1.103	-	1.103
Despesas pagas antecipadamente	18.1	-	50	50	39	15	54
Ativos de contratos	18.2	-	123.367	123.367	-	126.014	126.014
Outros ativos circulantes		319	(25)	294	689	12	701
Total do ativo circulante		66.275	123.392	189.667	57.382	126.041	183.423
Não circulante							
Investimentos temporários		13.331	-	13.331	11.972	-	11.972
Tributos compensáveis		-	-	-	10	-	10
Imobilizado	18.4	431.068	(431.068)	-	443.483	(443.483)	-
Intangível	18.5	10.598	(10.250)	348	10.662	(10.298)	364
Ativos de contratos	18.2	-	1.080.330	1.080.330	-	748.008	748.008
Total do ativo não circulante		454.997	639.012	1.094.009	466.127	294.227	760.354
Total do ativo		521.272	762.404	1.283.676	523.509	420.268	943.777
Passivo							
		2025			2024		
	Nota s	Regulatóri o	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Fornecedores							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		5.491	-	5.491	6.287	-	6.287
Dividendos declarados		2.498	-	2.498	2.278	-	2.278
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher		-	4.800	4.800	-	2.923	2.923
Tributos a recolher		5.879	(4.800)	1.079	4.116	(2.961)	1.155
Encargos setoriais		1.904	-	1.904	1.530	-	1.530
PIS e COFINS diferidos	18.6	-	5.260	5.260	-	3.646	3.646
Outros passivos circulantes		5.107	-	5.107	5.689	38	5.727
Total do passivo circulante		45.985	5.260	51.245	45.785	3.646	49.431
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		336.548	-	336.548	357.115	-	357.115
Tributos diferidos	18.6	-	244.769	244.769	-	133.323	133.323
PIS e COFINS diferidos	18.6	-	106.082	106.082	-	77.200	77.200
Total do passivo não circulante		336.548	350.851	687.399	357.115	210.523	567.638
Patrimônio líquido							
Capital social		101.662	-	101.662	92.459	-	92.459
Reserva de incentivos fiscais		46.801	-	46.801	33.451	-	33.451
Reserva legal		20.332	-	20.332	18.275	-	18.275
Reserva de Lucros a Realizar		294.908	-	294.908	71.813	-	71.813
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	44.371	-	44.371
Reserva de Investimentos e Expansão		81.329	-	81.329	66.339	-	66.339
Proventos excedentes da contabilidade societária	19	(406.293)	406.293	-	(206.099)	206.099	-
Total do patrimônio líquido		138.739	406.293	545.032	120.609	206.099	326.708
Total do passivo e patrimônio líquido		521.272	762.404	1.283.676	523.509	420.268	943.777

BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Receita / Ingresso							
Transmissão de energia		128.500	(128.500)	-	110.108	(110.108)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	445.767	445.767	-	112.267	112.267
Receita de construção		-	-	-	-	6.882	6.882
Receita de O&M		-	12.408	12.408	-	8.602	8.602
Outras receitas		129	-	129	-	-	-
		<u>128.629</u>	<u>329.675</u>	<u>458.304</u>	<u>110.108</u>	<u>17.643</u>	<u>127.751</u>
Tributos							
PIS-PASEP		(2.119)	(5.440)	(7.559)	(2.009)	3.528	1.519
Cofins		(9.529)	(25.055)	(34.584)	(9.250)	16.358	7.108
		<u>(11.648)</u>	<u>(30.495)</u>	<u>(42.143)</u>	<u>(11.259)</u>	<u>19.886</u>	<u>8.627</u>
Encargos							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.188)	-	(1.188)	(1.068)	-	(1.068)
Taxa de fiscalização		(442)	-	(442)	(386)	-	(386)
		<u>(1.630)</u>	<u>-</u>	<u>(1.630)</u>	<u>(1.454)</u>	<u>-</u>	<u>(1.454)</u>
Receita líquida		<u>115.351</u>	<u>299.180</u>	<u>414.531</u>	<u>97.395</u>	<u>37.529</u>	<u>134.924</u>
Custos não gerenciáveis							
Custo de construção		-	-	-	-	(4.496)	(4.496)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>115.351</u>	<u>299.180</u>	<u>414.531</u>	<u>97.395</u>	<u>33.033</u>	<u>130.428</u>
Custos Gerenciáveis							
Pessoal e administradores		(2.872)	-	(2.872)	(2.762)	-	(2.762)
Material		(94)	-	(94)	(60)	21	(39)
Serviços de Terceiros		(2.891)	(2.621)	(5.512)	(2.578)	(1.911)	(4.489)
Arrendamentos e aluguéis		(94)	-	(94)	(43)	-	(43)
Depreciação e amortização	18.4.1	(15.103)	15.081	(22)	(14.903)	14.887	(16)
Outros		(250)	-	(250)	(323)	(8)	(331)
		<u>(21.304)</u>	<u>12.460</u>	<u>(8.844)</u>	<u>(20.669)</u>	<u>12.989</u>	<u>(7.680)</u>
Resultado da atividade		<u>94.047</u>	<u>311.640</u>	<u>405.687</u>	<u>76.726</u>	<u>46.022</u>	<u>122.748</u>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		6.511	-	6.511	6.174	-	6.174
Despesas financeiras		(30.744)	-	(30.744)	(33.654)	-	(33.654)
		<u>(24.233)</u>	<u>-</u>	<u>(24.233)</u>	<u>(27.480)</u>	<u>-</u>	<u>(27.480)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>69.814</u>	<u>311.640</u>	<u>381.454</u>	<u>49.246</u>	<u>46.022</u>	<u>95.268</u>
Despesas com impostos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição Social	18.6	(18.166)	-	(18.166)	(11.055)	-	(11.055)
Imposto de renda e contribuição Social diferidos		-	(111.446)	(111.446)	-	(21.096)	(21.096)
Incentivos fiscais		13.351	-	13.351	8.123	-	8.123
		<u>(4.815)</u>	<u>(111.446)</u>	<u>(116.261)</u>	<u>(2.932)</u>	<u>(21.096)</u>	<u>(24.028)</u>
Lucro líquido	20	<u>64.999</u>	<u>200.194</u>	<u>265.193</u>	<u>46.314</u>	<u>24.926</u>	<u>71.240</u>

18.1 Despesas pagas antecipadamente

O ajuste de despesas pagas antecipadamente é de R\$ 50 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2024). As despesas pagas antecipadamente são efetuadas para a construção/manutenção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória as mesmas são classificadas no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, as despesas pagas antecipadamente ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estas irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre a medida que essas despesas são baixadas, gerando essa diferença entre os balanços.

18.2 Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.203.697 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 874.022 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação regulatória, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

18.3 Outros ativos circulantes

O ajuste de R\$ 25 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre a linha de outros ativos circulantes regulatório e o societário, se deve a uma depreciação de equipamento em comodato classificado como outros ativos no societário, enquanto no regulatório ele foi classificado como imobilizado.

18.4 Imobilizado

O ajuste de R\$ 431.068 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 443.483 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos financeiros de concessão e intangível societários, é decorrente da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios adota-se a estrutura vigente no manual do regulador, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados no ativo imobilizado e intangível.

18.4.1 Depreciação e amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo imobilizado e passam a ser depreciados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

18.5 Intangível

O ajuste de R\$ 10.250 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 10.298 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de software que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares, desvinculados de equipamentos tangíveis (hardware), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

18.6 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 244.769 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 133.323 em 31 de dezembro de 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 111.342 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 80.846 em 31 de dezembro de 2024), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

18.7 Receita e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

19. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	545.032	326.708
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) (a)	(406.293)	(206.099)
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>138.739</u>	<u>120.609</u>

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

20. Conciliação do resultado societário e regulatório

	2025	2024
Saldos conforme contabilidade societária	265.193	71.240
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(200.194)	(24.926)
Lucro líquido regulatório no fim do exercício	64.999	46.314

(a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

21. Demonstração dos fluxos de caixa

21.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	2.498
Total	2.498

21.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de Caixa	Pagamento de juros*	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	316.468	(15.802)	(21.138)	20.469	299.997
Debêntures	66.532	(7.732)	(3.159)	6.016	61.657
Dividendos	2.278	(46.649)	-	46.869	2.498
Total	385.278	(70.183)	(24.297)	73.354	364.152

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de juros e variações monetárias durante o exercício.

22. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data da vigência dos principais seguro contratados em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

Risco	Vigência	Importância segurada
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000

(i) Estas apólices cobrem as coligadas que são controladas pela Equatorial Transmissão S.A, sua controladora.

23. Eventos subsequentes

- Pagamento de debêntures

Em 15 de janeiro de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.523 mil referentes aos juros e de R\$ 3.207 mil relativos à amortização do principal da 1ª emissão, série única das debêntures. Os pagamentos foram realizados em conformidade com as condições previstas na escritura de emissão.

- Renovação de benefício fiscal – SUDENE

Em 20 de fevereiro de 2026, foi publicado o Ato Declaratório Executivo nº 035084001, que prorrogou o prazo de fruição do benefício fiscal concedido à Companhia até 31 de dezembro de 2034, mantendo-se as demais condições e requisitos legais aplicáveis. Esse evento, ocorrido após o encerramento do exercício, não altera as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2025, mas confirma a continuidade do enquadramento da Companhia no referido regime de incentivos fiscais.

Diretoria

José Cherem Pinto
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora

Artur Fabiano Marques,
Diretor

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto,
Diretor

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O